

ÍNDICE

PARTE I

A SEGURIDADE SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ...	13
Normas gerais.....	13
1. Conceito de seguridade social.....	13
2. A relação jurídica de seguridade social	14
3. Princípios regentes da seguridade social	16
3.1. Universalidade da cobertura e do atendimento.....	16
3.1.1. Universalidade da cobertura.....	17
3.1.2. Universalidade do atendimento.....	17
3.2. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.....	17
3.3. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços	18
3.4. Irredutibilidade do valor dos benefícios.....	18
3.5. Diversidade da base de financiamento.....	19
3.6. Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade	19
3.7. A regra da contrapartida	20
4. Fontes do Direito Previdenciário.....	20
5. Interpretação do Direito Previdenciário.....	20

PARTE II

O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL.....	25
I — Normas gerais constitucionais. Financiamento de forma direta .	25

1. Competência.....	26
2. Imunidade.....	27
3. Anterioridade.....	28
4. Remissão e anistia	28
5. Prescrição e decadência	29
II — Contribuições sociais para o custeio da seguridade social.....	32
1. Natureza jurídica	32
2. A relação jurídica de custeio	33
3. Contribuições do empregador, da empresa ou entidade a ela equiparada.....	34
3.1. Contribuições sobre a receita ou o faturamento e o lucro	34
3.2. Contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho. Regras gerais	35
3.2.1. Contribuição das empresas.....	38
3.2.2. Contribuição das empresas sobre a remuneração de contribuintes individuais.....	39
3.2.3. Contribuição adicional de 2,5% das instituições financeiras	40
3.2.4. Contribuição adicional ao SAT em razão do grau de risco da atividade preponderante	41
3.2.5. Contribuição adicional ao SAT sobre a remuneração de trabalhadores expostos a condições especiais .	42
3.2.6. Contribuição sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços prestados por cooperados por intermédio de cooperativas de trabalho...	43
3.2.7. Contribuição adicional para o financiamento da aposentadoria especial do segurado cooperado que preste serviços à empresa tomados por intermédio de cooperativa de trabalho	44
3.2.8. Contribuição da associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional.....	45
3.2.9. Contribuição do empregador (produtor) rural pessoa jurídica. Financiamento dos benefícios por acidente do trabalho	46
3.2.10. Contribuição do produtor rural pessoa física, do segurado especial e do consórcio de produtores rurais. Financiamento dos benefícios por acidente do trabalho	47
3.2.11. Contribuição da agroindústria. O custeio da aposentadoria especial e dos benefícios por acidente do trabalho	48

4. Contribuição do empregador doméstico	50
5. Contribuições do segurado	51
5.1. Salário de contribuição. Regras gerais	51
5.2. Contribuição do segurado empregado e do segurado trabalhador avulso	53
5.3. Contribuição do segurado empregado doméstico	54
5.4. Contribuição do segurado contribuinte individual	54
5.5. Contribuição do segurado facultativo	55

PARTE III

O DIREITO À SAÚDE	57
I — Conceito	57
II — Prestações	58
III — Execução dos serviços de saúde. O SUS	58
1. A participação complementar	59
2. Objetivos	60
3. Atribuições	61
3.1. Vigilância sanitária	61
3.2. Vigilância epidemiológica	61
3.3. A saúde do trabalhador	61
3.4. Assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica	62
3.4.1. Fornecimento de medicamentos	62
3.4.2. Tratamento médico no exterior	63
3.4.3. Cirurgia plástica reparadora	64
3.5. Formulação da política de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos e outros insumos de interesse para a saúde e a participação na sua produção. O medicamento genérico	64
3.6. Formulação e execução da política de sangue e seus derivados	65
4. Diretrizes constitucionais e da Lei n. 8.080/90	67
4.1. Descentralização	68
4.2. A Agência Nacional de Saúde Suplementar — ANS	68
5. Planos de saúde	69

PARTE IV

O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	75
1. Conceito	75

2. Disciplina constitucional.....	76
2.1. Proibição de adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria no RGPS.....	76
2.2. Renda mensal nunca inferior ao salário mínimo	77
2.3. Correção de todos os salários de contribuição utilizados para o cálculo da renda mensal do benefício.....	77
2.4. Preservação do valor real dos benefícios	77
2.5. Vedação de filiação ao RGPS, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa filiada a regime próprio de previdência social.....	79
2.6. Gratificação natalina para aposentados e pensionistas	79
2.7. Aposentadoria	79
2.8. Contagem recíproca para fins de aposentadoria	80
2.9. Acidente do trabalho	81
2.10. Incorporação dos ganhos habituais do empregado.....	81
2.11. Sistema de inclusão previdenciária para trabalhadores de baixa renda	81
3. O Plano de Benefícios da Previdência Social.....	85
3.1. Finalidade e princípios básicos. O Conselho Nacional de Previdência Social — CNPS	85
3.2. Cobertura do plano de benefícios	86
3.3. Os beneficiários: segurados e dependentes.....	86
3.3.1. Os segurados	87
3.3.1.1. Aquisição da qualidade de segurado: filiação e inscrição	87
3.3.1.2. Segurados obrigatórios.....	88
a) Segurado empregado	89
b) Segurado empregado doméstico	92
c) Segurado contribuinte individual	93
d) Segurado trabalhador avulso	96
e) Segurado especial	97
3.3.1.3. Segurados facultativos.....	101
3.3.1.4. Manutenção, perda e reaquisição da qualidade de segurado.....	102
a) Manutenção da qualidade de segurado	102
b) Perda da qualidade de segurado: consequências ...	105
b.1) Exceções à regra da perda da qualidade de segurado	105
c) Reaquisição da qualidade de segurado	107

3.3.2. Os dependentes	107
3.3.2.1. Perda da qualidade de dependente	114
3.4. Regras aplicáveis às prestações em geral	117
3.4.1. Períodos de carência	117
3.4.2. Dispensa do período de carência (art. 26 do PBPS e art. 30 do RPS)	120
3.4.3. Contagem do período de carência	122
3.4.3.1. Regras gerais.....	122
a) Segurado especial	122
b) Servidores públicos titulares apenas de cargo em comissão	122
c) Período de atividade rural anterior à competência novembro de 1991	123
d) Recolhimento das contribuições do segurado empregado, do trabalhador avulso e do contribuinte individual	123
e) Recolhimento de contribuições para regime próprio de previdência.....	123
f) Cômputo do período de recolhimento anterior à perda da qualidade de segurado.....	124
3.4.3.2. Para os segurados empregados e trabalhadores avulsos.....	124
3.4.3.3. Para os segurados empregado doméstico, contribuinte individual, especial e facultativo	124
3.4.4. Cálculo do valor dos benefícios. Salário de benefício, salário de contribuição, Período Básico de Cálculo — PBC e Fator Previdenciário — FP.....	125
3.4.4.1. Salário de benefício.....	127
a) Aposentadorias por idade e por tempo de contribuição: regras permanentes	127
b) Aposentadorias por idade e por tempo de contribuição: regras de transição.....	127
c) Aposentadorias por invalidez e especial, auxílio-doença e auxílio-acidente: regras permanentes ...	128
d) Aposentadorias por invalidez e especial: regras de transição	128
e) Salário de benefício das aposentadorias por idade, por tempo de contribuição, por invalidez e especial, auxílio-doença e auxílio-acidente do segu-	

rado especial. Regras permanentes: art. 29, § 6º, do PBPS	128
f) Salário de benefício do contribuinte individual e do facultativo que façam recolhimento trimes- tral: art. 32, § 10, do RPS.....	129
g) Regras aplicáveis ao salário de benefício	129
g.1) Piso e teto. Art. 29, § 2º, do PBPS e art. 32, § 3º, do RPS	129
g.2) Valores considerados na apuração do salário de benefício. Art. 29, §§ 3º e 4º, do PBPS e art. 32, §§ 4º e 5º, do RPS.....	130
g.3) Benefícios por incapacidade recebidos no pe- ríodo básico de cálculo: art. 29, § 5º, do PBPS e art. 32, § 6º, do RPS.....	130
g.4) Inexistência de salários de contribuição no PBC.	131
g.5) Aposentadorias precedidas de auxílio-acidente: art. 32, § 8º, do RPS	131
g.6) Contribuição em razão de atividades concomi- tantes: art. 34 do RPS.....	132
h) Comprovação dos salários de contribuição	132
3.4.4.2. Renda mensal do benefício	133
3.4.4.3. Reajuste da renda mensal do benefício	133
3.5. Dos benefícios devidos aos segurados.....	138
3.5.1. Aposentadoria por invalidez: art. 201, I, da CF, arts. 42 a 47 do PBPS e arts. 43 a 50 do RPS	138
3.5.2. Aposentadoria por idade: art. 201, § 7º, II, da CF, arts. 48 a 51 do PBPS e arts. 51 a 55 do RPS	142
3.5.2.1. Regras permanentes: aplicáveis a todos os que ingressaram no RGPS após a data da promulgação da EC n. 20/98. Arts. 48 a 51 do PBPS e arts. 51 a 55 do RPS.....	144
3.5.2.2. Regras de transição aplicáveis aos segurados que ingressaram no RGPS antes da publica- ção do PBPS (25-7-1991)	146
3.5.3. Aposentadoria por tempo de contribuição: art. 201, § 7º, I, da CF, EC n. 20/98, arts. 52 a 56 do PBPS, Lei n. 9.876/99, arts. 56 a 63 do RPS.....	149
3.5.3.1. Regras gerais.....	149

3.5.3.2. Regras permanentes: segurados que ingressaram no RGPS após a data da promulgação da EC n. 20/98.....	167
a) Aposentadoria do professor. Art. 201, § 8º, da CF, art. 56 do PBPS e art. 56, §§ 1º e 2º, do RPS.....	167
3.5.3.3. Regras de transição decorrentes da EC n. 20/98	168
a) Aposentadoria proporcional. Art. 9º, § 1º, da EC n. 20/98.....	169
b) Aposentadoria do professor. Art. 9º, § 2º, da EC n. 20/98.....	170
3.5.3.4. Regras de transição decorrentes do PBPS...	170
3.5.4. Aposentadoria especial: art. 201, § 1º, da CF, arts. 57 e 58 do PBPS e arts. 64 a 70 do RPS.....	171
3.5.5. Auxílio-doença: art. 201, I, da CF, arts. 59 a 63 do BPS e arts. 71 a 80 do RPS.....	178
3.5.6. Salário-família: art. 201, IV, da CF, arts. 65 a 70 do PBPS e arts. 81 a 92 do RPS.....	180
3.5.7. Salário-maternidade: arts. 7º, XVIII, e 201, II, da CF, arts. 71 a 73 do PBPS e arts. 93 a 103 do RPS.....	183
3.5.8. Auxílio-acidente. Art. 86 do PBPS e art. 104 do RPS	187
3.5.9. Acidente do trabalho. Arts. 7º, XXVIII, e 201, § 10, da CF, arts. 19 a 23 do PBPS e arts. 104 e 336 a 346 do RPS	190
3.6. Dos benefícios devidos aos dependentes.....	199
3.6.1. Pensão por morte. Art. 201, V, da CF, arts. 74 a 78 do PBPS e arts. 105 a 115 do RPS.....	199
3.6.2. Auxílio-reclusão. Art. 201, IV, da CF, art. 80 do PBPS e arts. 116 a 119 do RPS.....	204
3.7. Abono anual (art. 40 do PBPS): art. 201, § 6º, da CF, art. 40 do PBPS e art. 120 do RPS	208
3.8. Dos serviços devidos ao segurado e ao dependente (arts. 18, III, b e c, e 88 a 93 do PBPS)	212
3.8.1. Serviço social (art. 88 do PBPS)	212
3.8.2. Habilitação e reabilitação profissional (arts. 89 a 93 do PBPS e arts. 136 a 141 do RPS)	212
3.9. Contagem recíproca de tempo de serviço. Art. 201, § 9º, da CF, arts. 94 a 99 do PBPS e arts. 125 a 135 do RPS.....	214
4. Decadência e prescrição	220
4.1. Decadência e prescrição para o segurado ou beneficiário....	220

4.2. Decadência e prescrição para o INSS	221
5. Cumulação de benefícios	221

PARTE V

ASSISTÊNCIA SOCIAL	225
I — Conceito	225
II — Financiamento	226
III — Princípios e diretrizes	227
IV — Organização e gestão	228
V — Prestações, serviços, programas e projetos de assistência social ..	229
1. Benefício de Prestação Continuada — BPC	229
2. Benefícios eventuais	237
3. Serviços	238
4. Programas de assistência social e projetos de enfrentamento da pobreza	238